

46 apresentação sobre os resultados preliminares, do plano estratégico para o
47 desenvolvimento territorial sustentável do litoral do Paraná.

48 De forma preliminar, gostaria de fazer um pequeno comentário. A necessidade
49 da elaboração deste plano foi praticamente emergencial, como é de conhecimento dos
50 senhores, o litoral Paranaense passou a ser um grande atrativo para as empresas
51 nacionais e também internacionais, para se instalarem na bacia litorânea, em função
52 principalmente das oportunidades da exploração do pré-sal, somada às
53 particularidades dos terrenos disponíveis ainda em nosso litoral e também em função
54 das atividades portuárias na baía de Paranaguá, apresentam portanto uma forma
55 bastante interessante para que esses investimentos possam ser feitos pelas empresas,
56 que vão prestar os serviços na exploração do pré-sal, buscassem o Paraná para se
57 instalarem. Identificamos a ausência de documentos e de estudos técnicos que
58 pudessem subsidiar o planejamento para um possível uso e ocupação do solo de forma
59 ordenada, assim priorizamos duas questões importantes, a elaboração do zoneamento
60 ecológico econômico para o litoral, instrumento muito importante para o
61 planejamento e direcionamento das atividades futuras, e também um estudo
62 denominado plano estratégico para o desenvolvimento territorial sustentável do litoral
63 do Paraná, operacionalizado na forma de um grupo de trabalho, instituído pelo
64 decreto do Governador numero 2647. Este estudo terá um rebatimento muito forte
65 sobre o destino do nosso litoral, e esse é bastante apropriado para a nós podermos
66 interagir, discutir e aprimorar o que esse documento prevê.

67 Com a Palavra Storer e Ziliotto.

68 (Ziliotto) Boa tarde a todos os conselheiros, Senhores e Senhoras aqui
69 presentes, aqueles que não me conhecem sou o secretário executivo do Conselho do
70 Litoral. Tivemos nos últimos 60 dias a árdua tarefa de trabalhar neste desafio de
71 produzir as informações para traçarmos as diretrizes referentes ao plano estratégico
72 de desenvolvimento territorial sustentável do litoral. Peço então ao Carlos Storer que
73 também compartilhe comigo a apresentação.

74 Bom, o desenvolvimento desse plano teve origem em função do Decreto
75 Estadual 2647, de 14 de setembro de 2011, que dispõe, entre outros desafios, o de
76 buscarmos uma visão de futuro para o nosso litoral, essa visão que norteou o nosso
77 pensamento. Com este plano, estamos imaginando como será o nosso litoral para
78 daqui a dez anos, pelo menos, ou quem sabe até vinte anos. O decreto definiu a
79 participação de seis Secretarias de Estado, ficando a SEDU definida para conduzir
80 administrativamente o processo, ficando a SEMA responsável pela coordenação
81 técnica, sendo eu e o Professor Gobbi, designados pelo Secretário, Sr. Jonel para
82 conduzirmos a parte técnica desse trabalho. Tivemos a participação de outras
83 Secretarias, sendo três que fazem parte do conselho do litoral, e praticamente
84 podemos dizer que contamos com o envolvimento de todas as Secretarias do Governo,
85 que trouxeram informações do que foi possível disponibilizar para essa primeira etapa
86 do nosso trabalho.

87 Os senhores podem observar na apresentação que foram realizadas nove
88 reuniões, reuniões estas com quatro a cinco horas de duração, além das reuniões
89 preparatórias na SEDU. Inicialmente definimos um plano de ação onde basicamente,
90 buscamos reunir informações oficiais de cada Secretaria, o que foi um trabalho
91 bastante árduo; tivemos algumas dificuldades, mas também a satisfação de poder
92 contar com o apoio dos técnicos das secretárias, alguns responsáveis em espacializar

93 as informações em cartas temáticas. O plano de ação previu a formatação de
94 diretrizes sintéticas de cada Secretaria na forma de uma tabela, que é o que iremos
95 apresentar, hoje ,na sequencia. Essa tabela sobrepõe informações e dimensões que
96 falaremos mais à frente. Sobrepusemos essas informações em cima do mapeamento
97 do ZEE, conforme a versão que tínhamos disponível no dia 05/12.Ao final fizemos a
98 validação dessa tabela síntese que apresentaremos hoje, com todos os representantes
99 das Secretarias e uma proposta de continuidade do trabalho para a execução do plano
100 estratégico. Essa é a estrutura da planilha. Na esquerda colocamos as dimensões
101 ambientais e uso do solo e no outro eixo as intervenções, passando pelos modais, pela
102 rodovia, aeródromo, aeroporto, macrozoneamento, planos diretores, unidades de
103 conservação. Também preparamos uma coluna para intervenções de infraestrutura,
104 prevendo saneamento, educação e energia. Uma coluna que agregamos ao final do
105 trabalho, mas ainda em tempo, foi sobre a previsão de intervenções para a indústria,
106 comércio, bens de serviços e outra específica para a prevenção de riscos e desastres
107 que será incorporada em nossos estudos quando disponibilizado pela Defesa Civil,
108 Mineropar e Simepar.

109 Como são muitos slides, acho que não será muito produtivo falar de todos eles,
110 então, vou acelerar um pouquinho, tendo em vista o tempo, mas, basicamente, a
111 intervenção da malha ferroviária, rodoviária e aeródromo, são parecidas as
112 conclusões, então, vamos sintetizar. A abrangência, no caso da ferrovia, seria o eixo
113 Guarapuava – litoral. Justificativa: escoamento da produção. Quais são as diretrizes na
114 questão da dimensão ambiental? Definir competência para o licenciamento de
115 intervenções na malha ferroviária, colocamos isso como uma diretriz em primeiro
116 plano e a necessidade de redigir um termo de referência para a elaboração do estudo
117 de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a ampliação dessa malha.

118 Na dimensão econômica, as diretrizes seriam: analisar limitações das ferrovias
119 atuais, o potencial de crescimento carga e produção, realizar o estudo de viabilidade e
120 estimular a criação de postos de trabalho. Na questão da dimensão social, as diretrizes
121 seriam: desenvolver o programa de qualificação e aproveitamento da mão de obra
122 local, estimar impacto migratório, mapear necessidade de relocação da população,
123 mapear populações com características histórico culturais e estabelecer e implementar
124 políticas de compensação social aos municípios.

125 Com relação ao uso e ocupação do solo passo a palavra para o Storer.

126 (CARLOS STORER): Boa tarde a todos. Represento o Secretário César Silvestri,
127 que é membro deste Conselho. Sou o Carlos Storer, analista de desenvolvimento
128 municipal do Paraná Cidade. A malha ferroviária na dimensão uso e ocupação do solo,
129 que estamos apresentando para a deliberação da sociedade e aqui, especificamente,
130 dos Conselheiros do COLIT, são quatro as diretrizes: compatibilizar os possíveis
131 traçados de ampliação da malha ferroviária com o uso e a ocupação do solo local;
132 implantar o trecho da malha ferroviária paralelo à nova rodovia e ao novo canal de
133 macrodrenagem da Praia de Leste até Pontal do Sul; fazer levantamento fundiário dos
134 imóveis que serão afetados pelas diretrizes para a malha ferroviária e compatibilizar as
135 intervenções na malha ferroviária, com a aptidão do solo, considerando as
136 recomendações do zoneamento ecológico econômico.

137 (Marco Ziliotto): Continuando, então, passando agora para a malha rodoviária,
138 com abrangência para todos os municípios do litoral, o objetivo é o escoamento da
139 produção, segurança para transporte de cargas e passageiros. Dimensão ambiental:

140 definir competência para o licenciamento, como na outra intervenção ferroviária, e
141 também o mesmo estudo. A diretriz econômica também visa analisar as limitações das
142 rodovias atuais, avaliar potencial de crescimento de carga e produção, estudo de
143 viabilidade e estimular a criação de postos de trabalho.

144 Na dimensão social, também prevê o desenvolvimento do programa de
145 qualificação e aproveitamento da mão de obra local, estimar impacto migratório,
146 mapear necessidade de relocação da população, mapear populações com
147 características histórico-culturais e estabelecer e implementar políticas de
148 compensação social aos municípios. Uso e ocupação do solo.

149 (CARLOS STORER): O uso e ocupação do solo, enquanto malha rodoviária, as
150 diretrizes aí estão e continuam nos slides seguintes, que são: compatibilizar os
151 possíveis traçados de ampliação da malha rodoviária com o uso e ocupação do solo
152 local e implantar trecho da malha rodoviária, paralelo à nova ferrovia e ao novo canal
153 de macrodrenagem da Praia de Leste a Pontal do Sul; fazer levantamento fundiário dos
154 imóveis que serão afetados pelas diretrizes para a malha rodoviária; compatibilizar as
155 intervenções na malha rodoviária com a aptidão do solo, conforme recomendações do
156 ZEE; viabilizar novo trecho para a PR 407, próximo ao entroncamento com a BR 277,
157 em função do conflito da periferia urbana de Paranaguá com o trecho atual; projetar
158 uma nova rodovia Praia de Leste – Pontal do Sul, paralela ao canal de macrodrenagem
159 e ferrovia, com acessos restritos aos maiores balneários; projetar nova rodovia de
160 ligação da BR 101 com a BR 116; pavimentar a rodovia PR 405 Cacatua, Antonina a
161 Guaraqueçaba; estudar a viabilidade da ponte na BR 412, sobre a baía de Guaratuba e
162 projetar novo acesso da BR 277 ao Porto de Antonina.

163 (Marco Ziliotto): Reiterando que todas essas informações, colhemos das
164 Secretarias e sintetizamos neste documento e espacializamos no mapa, não quer dizer
165 que são determinações ou políticas que serão implementadas no Governo, estamos
166 apenas reunindo informações oficiais disponíveis. Com relação ao aeródromo,
167 existentes em Paranaguá e em Guaratuba, o projeto de 2008 para Paranaguá, é o novo
168 local que está especializado no mapa. A justificativa é ampliar o transporte de cargas e
169 passageiros, inclusive, como suporte ao Aeroporto Internacional de Curitiba.

170 Diretrizes: definir competência para o licenciamento de intervenções
171 aeroviárias e redigir o termo de referência para a elaboração do estudo de viabilidade
172 técnica. Dimensão econômica: analisar as limitações dos aeródromos atuais, avaliar o
173 potencial de crescimento, carga e produção e passageiros, realizar estudo de
174 viabilidade e estimar a criação de postos de trabalho. Dimensão social: desenvolver
175 programas de qualificação e aproveitamento da mão de obra local, estimar impacto
176 migratório, mapear as necessidades de relocação da população, mapear as populações
177 com características histórico culturais, estabelecer e implementar políticas de
178 compensação social nos municípios. Uso e ocupação do solo.

179 (CARLOS STORER): Intervenção em aeródromos, dimensão de uso e ocupação
180 do solo, diretrizes, compatibilizar possível localização de novo aeródromo com o uso e
181 ocupação do solo local, fazer levantamento fundiário dos imóveis que serão afetados
182 pelas diretrizes para os aeródromos, compatibilizar as intervenções em aeródromos
183 com a aptidão do solo, conforme recomendações ZEE e definir e delimitar área para a
184 implantação de novo aeródromo Paranaguá integrado aos demais modais de
185 transportes existentes no litoral: aquaviário, dutoviário, ferroviário e rodoviário.

186 (Marco Ziliotto): Com relação ao Porto organizado, abrangência Antonina –

187 Paranaguá e Pontal, justificativa: áreas portuárias e retroportuárias para escoamento
188 da produção, instalação de novos empreendimentos, serviços e indústrias. Dimensão
189 ambiental: definir competência para o licenciamento de áreas portuárias e
190 retroportuárias e redigir o Termo de Referência para elaboração do EIA, que é o
191 Estudo de Impacto Ambiental, para novas áreas portuárias, retroportuárias e áreas
192 para os novos empreendimentos, serviços e indústrias. Dimensão econômica: analisar
193 as limitações dos Portos atuais, avaliar o potencial de crescimento, carga, produção e
194 passageiros, realizar estudo de viabilidade, estimar criação de postos de trabalho,
195 regularizar o ISS dos Portos junto aos municípios. Social: desenvolver programa de
196 qualificação e aproveitamento da mão de obra local, estimar impacto migratório,
197 mapear necessidade de realocação da população, mapear as populações com
198 características histórico culturais, estabelecer e implementar políticas de compensação
199 social.

200 (CARLOS STORER): Porto organizado, uso e ocupação do solo. Diretrizes:
201 ordenar as áreas portuárias e retroportuárias do Porto organizado de Paranaguá,
202 municípios de Antonina, Paranaguá e Pontal do Paraná. Delimitar possíveis áreas de
203 expansão das atividades portuárias no município de Portal do Paraná, como exemplo,
204 a área localizada a Leste da margem direita do Rio Maciel, conforme recomendações
205 do ZEE. Fazer levantamento fundiário e do Sisleg, dos imóveis afetados por esses tipos
206 de intervenções. Elaborar plano de expansão urbana de novas áreas portuárias em
207 conformidade com as legislações urbanísticas vigentes, federal, estadual e municipal,
208 em especial, à Medida Provisória nº547, de 2011, que vou tratar mais no final, que é
209 uma Medida Provisória que tem uma relação direta com os Planos Diretores
210 Municipais.

211 (Gobbi): Macrodrenagem, abrangência: municípios de Guaratuba, Matinhos e
212 Pontal do Paraná. Justificativa: melhorar coleta e destinação das águas nos municípios
213 e balneários. As diretrizes do ponto de vista da dimensão ambiental: criar estratégia
214 para definição do licenciamento, a criação dessa estratégia é, em função, de que,
215 provavelmente, esse canal vai sair articulado com a ferrovia e com a rodovia. Portanto,
216 temos que definir uma estratégia de licenciamento. Realizar estudo para a utilização
217 do material escavado para a base da nova rodovia e ferrovia. Integrar estudos de
218 macrodrenagem e recuperação das praias, isso está associado àquela questão do
219 projeto do engordamento das praias, está muito fortemente relacionado com a
220 questão da macrodrenagem. Propor unidades de tratamento de esgoto integradas
221 com o canal de drenagem. Obviamente, se temos um canal de drenagem, a
222 possibilidade de poluição é grande, temos que resolver, juntamente com isso, a
223 questão do esgoto e que já vem sendo resolvido, obviamente. Identificar soluções para
224 recuperação e estabilização das praias.

225 Do ponto de vista econômico: integrar solução de macrodrenagem com a
226 regularização e definição das marinas. Temos muitas marinas no litoral do Paraná e
227 achamos que é uma oportunidade de regularizar essa situação toda e, obviamente,
228 gerar mais emprego. Avaliar impacto social e vulnerabilidade das possíveis flutuações
229 dos níveis dos canais de drenagem. Quer dizer, como esses canais de drenagem serão
230 ampliados, eles vão responder à maré, tem que olhar lá atrás, onde as pessoas vivem
231 essa influência.

232 (CARLOS STORER): Uso e ocupação do solo; Macrodrenagem, dimensão, uso e
233 ocupação do solo. Diretrizes: elaborar os estudos e projetos necessários para os novos

234 canais de macrodrenagem integrados ao sistema existente. Um dos canais devera ser
235 projetado em paralelo à nova rodovia e ferrovia Praia de Leste – Pontal do Sul. Estudar
236 a realocação de ocupações existentes nas faixas de proteção dos canais de
237 macrodrenagem e estabelecer o canal de macrodrenagem como limite físico de
238 expansão urbana dos municípios. Enquanto Planos Diretores Municipais ou Planos
239 Diretores de Desenvolvimento Integrados, que são as denominações dos Planos
240 Diretores de alguns dos municípios aqui do litoral do Paraná, a situação é a seguinte:
241 os Planos de Paranaguá e Guaraqueçaba já foram aprovados por este Conselho. O
242 Plano de Paranaguá no mês de dezembro de 2010 e o Plano de Guaraqueçaba no mês
243 de junho de 2011, na última reunião que aconteceu em Guaratuba, em junho e em
244 uma reunião que aconteceu em Paranaguá, em dezembro de 2010.

245 Ainda precisam ser submetidos à aprovação do Conselho Pleno do COLIT, os
246 Planos Diretores de Antonina, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná.
247 Intervenção PDMs, Planos Diretores Municipais e Planos Diretores de
248 Desenvolvimento Integrados, na dimensão ambiental. As diretrizes são: avaliar os
249 conflitos dos limites físicos das unidades de conservação com a expansão urbana
250 irregular. E sobrepor os limites do zoneamento ecológico econômico, fase litoral, com
251 os limites dos Planos Diretores Municipais ou dos Planos Diretores de
252 Desenvolvimento Integrados, identificando possíveis conflitos e propondo
253 harmonização por meio do ZEE Municipal. Isso é uma coisa muito contemporânea,
254 hoje pela manhã foi apresentada aqui no litoral essa versão para participação da
255 sociedade, assim como aconteceu há duas semanas em Curitiba e ainda aconteceram
256 outras tantas reuniões para fechamento dos ZEE e o ZEE, então, passa a ser um
257 documento fundamental para efeito de limites físicos específicos, dentro dos Planos
258 Diretores Municipais.

259 Planos Diretores enquanto dimensão econômica, diretrizes. Essas diretrizes são
260 diretrizes que já estão constando nos Planos Diretores Municipais, dos municípios.
261 Então, simplesmente, nos ativemos a coletar a principal síntese enquanto diretriz, de
262 cada um dos sete Planos Diretores. Antonina, uma síntese principal é promover o
263 turismo sustentável. Em Guaraqueçaba: criar programas de desenvolvimento
264 socioeconômico sustentável no município. Guaratuba: promover o turismo, a
265 maricultura, o desenvolvimento rural, o trabalho, emprego e as marinas. Matinhos:
266 incrementar a pesca e o desenvolvimento do turismo. Morretes: promover o
267 desenvolvimento rural e do turismo. Paranaguá: incentivar investimentos em
268 infraestruturas, sistema portuário, turismo e pesca. Em Pontal do Paraná: desenvolver
269 atividades econômicas que aproveitem de forma racional os recursos naturais e as
270 potencialidades paisagísticas.

271 Planos Diretores, dimensão social: propor plano de regularização fundiária.
272 Inclusive, foi uma das proposições, hoje pela manhã, na apresentação do ZEE. Estamos
273 contemplando essa proposição e que isso seja trabalhado dentro dos Planos Diretores
274 dos municípios também. E considerar, no caso de expansão urbana, deverá ser
275 apresentado garantias de que não ocorrerão ocupações irregulares. Por exemplo:
276 limite físico, canal de macrodrenagem, proposto para Pontal do Paraná. Teremos que
277 ter um esforço no sentido de encontrar limites que, efetivamente, impeçam a
278 ocupação desordenada, fora das áreas previstas e adequadas para o uso racional do
279 solo, visando as atividades que as cidades têm.

280 Definir, enquanto uso e ocupação do solo, as diretrizes são: definir estratégia

281 legal para regularizar os Planos Diretores Municipais, uma vez que temos dois Planos
282 aprovados e até em função dessa Medida Provisória que falarei mais à frente, em
283 função do próprio ZEE, geram novas demandas de adaptações dos Planos Diretores. E
284 ainda hoje de manhã, também foi colocado que está tramitando no Congresso
285 Nacional, em fase final, um novo Código Florestal Brasileiro, que também vai gerar
286 demanda de novas adaptações dos Planos Diretores Municipais.

287 Delimitar áreas para a instalação ou ampliação de empresas, indústrias ou
288 serviços, particularmente, os grandes, de grande impacto, integrado aos modais:
289 aeroporto, ferrovia, porto e rodovias. E delimitar áreas e zonas para destinos usos e
290 formas de ocupação do solo, como marinas, piers, portos, pesqueiros, etc., em
291 conexão com a macrodrenagem, que são os canais. Também delimitar áreas e zonas
292 de ocupação do solo diferenciada no entorno de unidades de conservação. Propor
293 alternativas de compatibilização das áreas e parâmetros de ocupação do solo,
294 previstos no Decreto Estadual 2722, de 1984, que trata de áreas e locais de interesse
295 turístico no litoral do Paraná e no Decreto Estadual nº5040, de 1989, que define o
296 macrozoneamento do litoral. E também caracterizar os empreendimentos industriais,
297 de serviços e portuários, que deverão elaborar estudo prévio de impacto de
298 vizinhança, EIV. Esse é um estudo prévio trazido pelo Estatuto da Cidade, para
299 obtenção das licenças ou autorizações para a construção e/ou instalação.

300 (Marco Ziliotto): Intervenção, unidade de conservação, abrangência: todos os
301 municípios do litoral, objetivo preservar a biodiversidade local. Dimensão ambiental, as
302 diretrizes seriam: avaliar e adotar o zoneamento ecológico econômico, aguardando
303 conclusão do Projeto para a porção do Litoral. Elaborar e revisar os planos de manejo
304 para todas as unidades de conservação e propor um sistema para monitoramento das
305 unidades de conservação. A dimensão econômica: estimular (inaudível) visando o
306 cumprimento de seu papel legal e estabelecer mecanismos de pagamento por serviços
307 ambientais, que é o Programa Bioclima, que ao final teremos a terceira apresentação,
308 feita pela SEMA. A dimensão social, as unidades de conservação, propor um plano de
309 valorização das unidades de conservação perante a sociedade e capacitar professores
310 e alunos para a conservação da natureza, Projeto Parque Escola, que é outro programa
311 do Governo do Estado, da SEMA.

312 (CARLOS STORER): Uso e ocupação do solo; Unidades de conservação e uso e
313 ocupação do solo. Diretrizes: avaliar estudos técnicos de definição dos limites atuais
314 das unidades de conservação e sua situação atual, identificando possíveis ajustes.
315 Mapear e quantificar as APPs, Áreas de Preservação Permanente do litoral do Paraná,
316 que é um projeto piloto que já está sendo desenvolvido no município de Paranaguá,
317 pela SEMA. Definir parâmetros de uso e ocupação do solo urbano e rural, nos
318 entornos, que são as áreas de proteção ou áreas de amortecimento das unidades de
319 conservação, compatibilizando-os com os Planos Diretores Municipais.

320 (Marco Ziliotto): Infraestrutura. Saneamento, água e esgoto. Microdrenagem,
321 resíduos, energia, educação e saúde. Abrangência: todos os municípios. Justificativa:
322 estudar e propor investimentos para ampliar os serviços de infraestrutura nos
323 municípios do litoral, em compatibilidade com suas demandas atuais e futuras.
324 Dimensão ambiental: realizar estudos específicos para solução dos problemas de
325 saneamento básico do litoral, compatibilizando-os com os PMSB 2013, que são os
326 Planos Municipais de Saneamento Básico. Dimensão econômica: integrar todos esses
327 Planos das Secretarias de Estado e de cada município litorâneo e identificar setores

328 que demandarão investimentos em infraestrutura, para viabilizar a implementação das
329 atividades portuárias, industriais e de serviço, previstas. Dimensão social: saúde,
330 implantar programa de monitoramento de agravos e doenças de origem ambiental do
331 litoral do Paraná, PROMAR e implantar serviço de atendimento móvel de urgência,
332 SAMU Litoral.

333 (CARLOS STORER): Uso e ocupação do solo; Infraestrutura, uso e ocupação do
334 solo, diretriz, água e esgoto, consolidar a participação da Sanepar no desenvolvimento
335 e na implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico, metas para os
336 próximos 20 a 30 anos, das sedes dos municípios de Guaraqueçaba, Morretes, Pontal
337 do Paraná, Matinhos, Guaratuba e do Distrito de Sambaqui, de Morretes.

338 (Marco Ziliotto): Essas duas últimas intervenções, como falei no início,
339 indústrias e serviços e prevenção de riscos e desastres, ainda estão em processo de
340 prospecção junto aos municípios e às próprias Secretarias de Estado, também com
341 abrangência em todo o litoral. O Plano de Prevenção de Riscos e Desastres está sendo
342 apresentado e será incorporado, também, a esse nosso trabalho.

343 (CARLOS STORER): A Presidente da República emitiu essa Medida Provisória
344 nº547, agora no dia 11 de outubro de 2011 e essa Medida Provisória altera a Lei
345 Federal de Parcelamento do Solo para Fins Urbanos, que é a Lei federal 6766, de 1979,
346 que define todos os critérios para efeito dos parcelamentos dos solos para fins
347 urbanos, ou seja, loteamentos e desmembramentos, o que ocorre nos municípios.
348 Então, em função disso, os municípios precisam ter um Plano Diretor e uma das Leis
349 que integram o Plano Diretor é a Lei de Parcelamento do Solo para Fins Urbanos. Em
350 função disso há necessidade, então, da adaptação dessas Leis que integram os Planos
351 Diretores, para efeito da situação. Particularmente, essa Medida Provisória foi emitida
352 em função dos grandes desastres que aconteceram nestes últimos tempos e, inclusive,
353 aqui no nosso litoral do Paraná. Então, há a necessidade de estudos geotécnicos e
354 demais estudos para as áreas de expansão urbana. Até a emissão da Medida,
355 normalmente o que acontecia era que se ampliavam os perímetros urbanos e se
356 deixava para que os empreendedores, os interessados em fazer o parcelamento do
357 solo, contratassem profissionais e fizessem o traçado, o viário, as regras de uso e
358 ocupação, conforme seus interesses. Em função da Medida Provisória, será necessário
359 um plano prévio por parte do Poder Público, que induza para que de forma essa área
360 poderá vir a ser ocupada, particularmente, se ela tiver algum tipo de restrição em
361 relação à questão ambiental.

362 Essa Medida Provisória também altera o Estatuto da Cidade, que é a Lei federal
363 10257, de 2001, que traz novos instrumentos para a gestão urbana, talvez uma das
364 Leis mais avançadas em termos de gestão urbana, do mundo. Ela fez dez anos em
365 outubro de 2011, começou a vigorar em outubro de 2001 e é o principal instrumento
366 que conduz à elaboração dos Planos Diretores Municipais. O Estatuto da Cidade
367 regulamentou dois Artigos da Constituição Federal de 1988, os Artigos 152 e 153, que
368 constituem o capítulo da política urbana da Constituição Federal e também, aqui no
369 Estado do Paraná, precisaram observar a nossa Constituição do Estado do Paraná, de
370 1989, os Artigos 150 a 153, que constituem o capítulo da política urbana dos
371 municípios paranaenses.

372 E também essa Medida Provisória altera a Lei Federal do Sistema Nacional de
373 Defesa Civil. Então, são três intervenções em Leis extremamente importantes para a
374 realidade urbana brasileira, que é a área da defesa civil, a área dos instrumentos para a

375 gestão urbana e também os instrumentos para o parcelamento do solo, que é onde
376 tem a origem, muitas vezes, de uma série de questões que acabamos verificando hoje.
377 O Artigo 4º, especificamente, exige que os municípios que possuam área de expansão
378 urbana, deverão elaborar um plano de expansão urbana, demandando as adaptações
379 nos Planos Diretores Municipais, aqui no caso do litoral, os municípios utilizam a
380 terminologia Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

381 (Marco Ziliotto): Sinteticamente, o nosso trabalho, neste momento, chegou
382 neste ponto, de tudo que conseguimos reunir de informações. Claro que vai passar por
383 algum aprimoramento, mas traçamos aqui algumas próximas atividades. A
384 apresentação dessas diretrizes em cada município do litoral, buscando reunir as
385 informações demandadas pelos mesmos, de forma participativa. Então, essa é a cara
386 do novo Governo, construir, democraticamente, participativamente com a
387 comunidade. Então, estaremos programando, onde a intenção já no início do ano, será
388 buscar uma agenda junto aos Prefeitos, para disponibilizarem suas equipes, e
389 aproveitar a presença de dois Prefeitos, para pensarmos nisso, de agendarmos para o
390 início de ano, para podermos avançar com esse nosso trabalho. Temos ainda que ouvir
391 o litoral norte catarinense e o vale da ribeira, por serem os dois Estados, duas regiões
392 fronteiriças ao nosso objeto de estudo, convidando as respectivas representações
393 regionais a apresentarem suas estratégias de desenvolvimento, visando uma
394 compatibilização com esse nosso plano estratégico.

395 Nosso último slide é o mapa gerado com as informações disponibilizadas, onde
396 especializamos as informações, a imagem está muito longe, fica difícil, mas as cores
397 vêm do ZEE, não obedecendo, logicamente, a mesma legenda que o ZEE adotou, mas
398 neste aspecto de coloração, mostrando que temos, aproximadamente, 80 a 85% da
399 nossa bacia litorânea com áreas protegidas. As áreas mais clarinhas são as áreas
400 debaixo da costa urbanizadas. Jogamos as informações, por exemplo, da ferrovia, da
401 ferroeste, não falei no começo, esse trabalho é desde a região de Ponta Grossa, então,
402 fizemos todo um eixo, Ponta Grossa até Paranaguá, todo esse corredor, conseguimos
403 colocar as áreas dos Planos Diretores dos outros municípios, áreas de desenvolvimento
404 industrial, para que pudéssemos visualizar como que acontece essa integração. Os
405 modais, ferrovia, aqui temos um traçado do possível alcoolduto. O Aeroporto de
406 Paranaguá, enfim, algumas rodovias. Esse detalhamento específico para quem tiver
407 interesse, podemos conversar um pouquinho depois. Sr. Secretário Jonel, creio que
408 neste momento podemos dar como encerrada nossa apresentação e ficamos no
409 aguardo das definições para continuidade deste nosso trabalho.

410 (Jonel Lurk): Pediria às pessoas que querem fazer perguntas sobre esse tema,
411 iremos, após a apresentação do Secretário Ricardo, abrir uma rodada de debates para
412 os Conselheiros e para as pessoas que estão acompanhando a reunião. Mas, de
413 pronto, quero parabenizar vocês, que conduziram muito bem, e toda a equipe, esse
414 trabalho e dizer da importância desse trabalho. Evidente que foi uma apresentação
415 muito rápida, serão realizadas outras reuniões mais diretamente com o corpo técnico
416 de cada município, mas dizer que, se de um lado temos o que chamamos de ameaça,
417 no bom sentido, vamos dizer assim, de uma corrida de desenvolvimento para o litoral,
418 muitos municípios esperam essa corrida há muitos anos, ao mesmo tempo temos uma
419 grande responsabilidade de que essa corrida seja bem conduzida, para que também
420 não aconteça como exemplo, como no município de Macaé, no Rio de Janeiro e outros
421 municípios do Brasil, que foram para essa corrida, sem fazer o que estamos fazendo

422 aqui e hoje têm cenários muito ruins, do ponto de vista de qualidade de vida das
423 pessoas que moram ali e, simplesmente, as grandes empresas acabaram se
424 apropriando daqueles locais. Exerceram seu papel, mas deixaram uma herança que
425 não é muito aconselhável, do ponto de vista da qualidade de vida.

426 Tenho a certeza de que, com a equipe laboriosa, competente, podemos
427 conduzir as duas coisas, de forma a harmonizar o desenvolvimento econômico com a
428 questão ambiental e essa é uma determinação do nosso Governador, de fazer a busca
429 da sustentabilidade e é por isso que esse trabalho foi realizado. Lembro que mais à
430 frente abriremos a rodada de debates e convido o Secretário Ricardo Barros, que faça
431 a apresentação dos temas relativos à Secretaria de Indústria e Comércio,
432 especialmente com olhar na bacia litorânea.

433 O SENHOR SECRETÁRIO RICARDO BARROS: Boa tarde, é uma alegria estar aqui
434 com vocês. Temos participado de todas as reuniões deste grupo de trabalho. O litoral
435 do Paraná, para a nossa Secretaria de Indústria e Comércio, tem importância muito
436 grande. O Porto é fundamental para toda a logística do Estado. Cada produtor rural,
437 em qualquer lugar em que ele esteja do Paraná, paga mais ou menos frete pelo seu
438 produto e, portanto, sobra mais ou menos dinheiro no seu bolso, conforme a eficiência
439 do Porto. Para vocês terem uma ideia da importância do litoral, da nossa ferrovia,
440 deste plano de duplicar a ferrovia, de ter outro traçado de ferrovia de Guarapuava a
441 Paranaguá, de Maracaju até Cascavel, ampliando a Ferroeste. Tudo isso faz parte de
442 uma logística importante para o Estado. A implantação desse Aeroporto, a ligação
443 ferroviária e rodoviária até Pontal do Paraná, especialmente a BR 101, que é a
444 translitorânea, que não existe no Paraná, o Plano Nacional de Viação determina que
445 ela tenha que ligar Garuva, Antonina, Peruíbe. Então, existe um traçado que está,
446 inclusive, citado naquele mapa e temos, evidentemente, que superar muitas questões
447 ambientais para executar esta rodovia, mas ela é fundamental para o desenvolvimento
448 econômico da região e para a melhoria na qualidade de vida, inclusive, porque vai
449 desconcentrar muito tráfego desnecessário por toda essa região.

450 Temos na nossa Secretaria, antes quero citar, agradecer a presença do Paulo
451 Scalco, que é o Diretor do Porto de Antonina, do Horácio Montes, que é o Secretário
452 de Assuntos Metropolitanos de Curitiba, e de todos os demais companheiros, e
453 ressaltar aqui o esforço que estamos fazendo com a Tequinte. Logo estará aqui
454 operando com a geração de mais de mil empregos para Antonina e mais um tanto para
455 Pontal do Paraná. É uma operação importante, tem um esforço muito grande da
456 administração dos Portos de Antonina e Paranaguá, da Antaq, do Governo como um
457 todo, da nossa Secretaria e da área do meio ambiente, para que possamos dar uma
458 sustentabilidade econômica permanente a esta região.

459 Dizer que o Canduca quando veio o Presidente da Petrobras, o Gabriel, ele
460 pediu a palavra lá, tinham muitos empresários e ele falou: olha, por favor, alguém
461 traga o seu empreendimento para Antonina. E deu certo. Pediu e surgiram vários, não
462 foi um só, temos até uma disputa de empresas para ter áreas no Porto de Antonina e
463 temos três já confirmadas e vamos consolidar uma movimentação econômica
464 permanente. Nesse sentido, aqui na área, neste relatório aqui, na área de economia
465 dos Planos Diretores, está assim: Antonina: promover o desenvolvimento sustentável.
466 É essa coluna, dos Planos Diretores com a economia. Têm todas as cidades, as sete e
467 Antonina está lá: promover o desenvolvimento sustentável. Então, precisamos
468 acrescentar à questão desenvolvimento industrial, que já é uma realidade e que

469 precisa ser articulada nesse processo. Pontal também, claro, mas Pontal, Prefeito, está
470 escrito: desenvolver atividades econômicas, que aproveitem de forma racional os
471 recursos naturais e as potencialidades paisagísticas. Então, também, vamos incluir a
472 realidade do pré-sal, que já tem a Odebrecht, Requite e outras operadoras, na diretriz
473 para que, evidentemente, o plano final atenda essa diretriz com a sua solução.

474 Ainda sobre o plano, quando falamos do canal, fazer o isolamento da área
475 urbano de Pontal com a área de preservação, o canal em si não resolve, senão
476 Valadares não morava ninguém. Não teria ninguém morando em Valadares por causa
477 da distância da transposição. Temos que dar, efetivamente, a responsabilidade da
478 preservação aos grupos econômicos que irão explorar aquelas áreas. Então, é onerar
479 com o custo da preservação permanente, da vigilância das áreas, dos
480 empreendimentos que serão licenciados. Essa é uma sugestão. Queria também, poder
481 entrar nessa área de serviços ambientais, Leonel, que você está apresentando, de
482 repente, cuidar dessas áreas, pode ser uma forma de remunerar aquelas famílias que
483 estão lá e lembrar, também, do esgoto à vácuo, que é uma tecnologia muito
484 apropriada para essas áreas planas, como as áreas do litoral, muito mais barato do que
485 o sistema tradicional e ver a questão da balneabilidade também, que é um problema
486 muito sério e talvez isso é que tenha dificultado o desenvolvimento dessa região.

487 Vamos lá. Pontal do Paraná. Pontos fortes: proximidade dos campos do pré-sal,
488 estuário abrigado e calado adequado. Lá é uma área de calado profundo e temos
489 águas protegidas, que são necessárias para algumas das atividades do pré-sal. A
490 fragilidade ambiental, a reduzida extensão, ordenamento jurídico legal, infraestrutura,
491 são limitantes e eu diria, também, a questão fundiária, já falei aqui com o Almicar, para
492 ver o problema fundiário naquela região, que vai acabar num determinado momento,
493 sendo um, impedimento de avançarmos com soluções decididas. Vamos decidir e na
494 hora de implementar, vamos esbarrar nisso. Essa é a área do pré-sal e aí é que vocês
495 percebem como o Paraná ficou próximo dos poços do pré-sal, das áreas de exploração.
496 Então, vai ser mais econômico basear os helicópteros que levarão os funcionários até
497 os postos, que levarão alimentação até as plataformas, que farão manutenção, que
498 são atividades econômicas permanentes no Paraná. Penso que temos que cuidar,
499 nesses Planos Diretores de Zoneamento, estabelecer as áreas, não só para os
500 estaleiros, para a produção dessas plataformas, mas também para essa área de
501 serviço, que será uma oportunidade muito grande para nós. Estamos falando dos
502 investimentos da Petrobras. A Tequite é OZX, um bilhão, ou SX, mas aqui estamos
503 falando em 229 bilhões, 600 milhões de dólares por semana, de investimento. É de
504 fato uma grande oportunidade que poderemos aproveitar bem. Construção e
505 manutenção de plataformas, equipamentos de navios, navios de apoio, são 250 navios
506 de apoio que precisam ser construídos, fornecimento de conjuntos, construção de
507 embarcações e serviços. Tudo isso são oportunidades que temos.

508 Empresas médias e pequenas: fornecimento de componentes e prestação de
509 serviços. Como eu estava falando agora, vigilância, transporte e outros. Temos uma
510 mobilização do empresariado, já citei a reunião em que o Prefeito aqui fez o pedido de
511 que alguma empresa viesse para cá, parceria com o Sebrae, para capacitar as
512 empresas e fazer o registro dessas empresas, o cadastramento na Petrobras e adesão
513 ao Repetro, regime tributário especial para a área de petróleo. Então, temos também
514 o Sebrae fazendo o cadastramento das empresas que vão fornecer para o pré-sal, são
515 mais de 650 empresas cadastradas no Paraná, mais da metade delas no interior do

516 Estado. Fornecer para o pré-sal é fabricar parafusos, porca, arruela, bomba, filtro,
517 qualquer coisa que possa ser usada na cadeia de construção desses equipamentos.

518 Tequinte está com contrato aqui para o Paraná em fase final de negociação
519 com o Porto de Antonina e com a área dela em Pontal do Paraná. A Subsea, que teve
520 um problema ambiental, estava com investimento previsto aqui. A empresa esteve
521 ontem na reunião na Secretaria de Planejamento com todos os demais proprietários
522 de áreas do pré-sal e que estamos discutindo, até porque ela tem uma grande área lá,
523 como avançar no licenciamento do condomínio industrial. Odebrecht tem uma
524 operação portuária lá, tem um pedido de licenciamento também. Fundilusa, fundição
525 de peças. O Secretário Faisal estava me falando sobre essa questão de produção de
526 embarcações de pequeno porte e temos, além deste, outros pedidos na nossa
527 Secretaria. A Sion, fabricação e montagem de tanques. Construção também pede área
528 de 400 mil metros quadrados. Estamos buscando solução. GE está pedindo área para
529 montagem de conjunto de geradores. Brafer, essa já está em negociação com uma
530 área aqui em Antonina e Avetor também.

531 Então, a minha apresentação era só mostrar que existem essas oportunidades,
532 dizer que fora isso, nossa Secretaria da Indústria e Comércio, Turismo é uma coisa
533 fundamental para o litoral, toda área de costa no mundo inteiro, prioridade um é
534 turismo, a dois é turismo e três é turismo. Então, precisamos, não é Faiçal, avançar
535 nessa área e temos tratado desses navios de cruzeiros, que agora começam a
536 freqüentar o nosso litoral, vocês viram a quantidade de navios que está no Brasil, mais
537 de vinte acho que estão fazendo o roteiro da nossa costa brasileira e as paradas são
538 sempre as mesmas. Eu já cansei dessas paradas, as mesmas. Precisamos novidades.
539 Então, queria sugerir para vocês uma parada remota na Ilha do Mel, como é Porto
540 Belo, como é Búzios, uma parada no Píer em Antonina e uma Paraná no Píer em
541 Paranaguá. Que trabalhássemos com as três alternativas em conjunto, porque do
542 querer fazer para o resolver, tem uma distância. E umas terão mais ou menos
543 dificuldades do que as outras, não sabemos ainda, porque não começamos trabalhar.
544 Então, se andarmos com as três alternativas ao mesmo tempo, talvez daqui uns 2, 3
545 anos, tenhamos as três alternativas oferecidas para os investidores. Era isso que queria
546 colocar. A Sanepar não faz parte do Conselho? Então, queria sugerir que a Sanepar
547 pudesse ser convidada permanente, porque balneabilidade é o maior problema do
548 nosso litoral. Se queremos avançar, precisamos ter o comprometimento da empresa
549 na solução desse problema. Obrigado.

550 (Jonel lurk): Sobre a questão específica da Sanepar, Ricardo, a Sanepar está
551 com um programa de saneamento muito intenso no litoral, tem feito um trabalho
552 muito bom. E o problema de balneabilidade também envolve muito a questão da
553 drenagem urbana, que daí foge um pouco da atividade da própria Sanepar, que
554 envolve os municípios e um programa de macrodrenagem, que é o que estamos
555 propondo aqui, com os canais e tudo o mais. Lembro que nas duas operações verão
556 recentes, inclusive a do ano passado, exatamente o trabalho prévio que o instituto das
557 Águas fez, melhorou muito a qualidade das águas para banhos. Porque vem a chuva,
558 alguns alagamentos, o alagamento pega resíduos dentro das residências, que escorrem
559 e acabam indo para mar e isso também altera muito a balneabilidade. Já nesse verão
560 passado melhorou muito e para esse ano, temos uma certeza que as condições de
561 balneabilidade estarão muito bem colocadas para ofertar os espaços para os
562 veranistas.

563 Mas vou submeter Ricardo, na próxima reunião, obviamente aos Conselheiros a
564 sua proposta, de que tenhamos o assento da própria Sanepar e talvez até a própria
565 Copel, que são duas estruturas importantes do Estado. Vou pedir para que o Professor
566 Gobbi faça uma apresentação rápida sobre o Bioclima, porque ele tem uma variável
567 agora diferente da dimensão que o Ricardo colocou, que é desenvolvimento,
568 industrialização e comércio, ele vai fazer uma apresentação em que mostra algumas
569 ações onde é valorizada a biodiversidade, proposta nova do Governo, inovadora, que
570 trará uma distribuição de renda para a região aqui, para que daí, com todos os
571 ingredientes, possamos fazer um debate equilibrado. Porque colocamos todas as
572 variáveis que dizem respeito à questão do litoral, para não ficarmos focados apenas
573 em um eixo, mas em todas as situações possíveis, até porque, da forma democrática
574 com que o Governador procede nas suas decisões, todos os sistemas serão cotejados,
575 pesados, para que haja a formalização de um grande plano, que é esse Plano
576 Estratégico para a bacia litorânea.

577 (Gobbi): Boa tarde a todos. Farei uma apresentação relativamente rápida, para
578 abrimos o debate. Ficarei em pé porque, talvez, tenha que ajudar vocês apontando
579 alguns detalhes das figuras. O Bioclima é um Programa que desenhamos na Secretaria
580 de Meio Ambiente, que será lançado em março e, na verdade, a apresentação vai
581 começar um pouco com as evidências de mudanças climáticas. É do conhecimento de
582 todos os eventos climáticos que aconteceram no litoral paranaense, apenas para
583 aquelas pessoas que não, enfim, tiveram oportunidade de conhecer, vou passar
584 rapidamente. Vou começar mostrando um desenho que já foi mostrado, inclusive, na
585 última reunião do Conselho, que foi um sistema que criamos entre janeiro e fevereiro
586 do ano passado, em função dos acidentes da Serra Fluminense, já pensando num
587 trabalho de articulação, para se prevenir contra eventos severos, aqui no litoral do
588 Paraná. E, obviamente, em março esse acidente acabou acontecendo, pudemos ter a
589 oportunidade, via Mineropar e o Simepar de fazer um trabalho de prevenção, o que
590 minimizou os danos. De qualquer forma, esse sistema evoluiu bastante, temos um
591 empréstimo do Banco Mundial, no momento, que está financiando isso e vamos
592 lançar, como o Ziliotto falou, também articulado com o Plano do Litoral.

593 Aqui temos uma imagem da Serra do Mar, que é após o acidente, mas está
594 longe dele. Podemos observar a extensão do acidente e vocês sentiram na pele, aqui
595 no litoral, os efeitos desse acidente. Levamos essas imagens ao Ministério do Meio
596 Ambiente e eles estão pedindo autorização para usar nas apresentações. Talvez seja,
597 realmente, uma evidência de coisas estranhas que estão acontecendo com o clima.
598 Esse acidente também teve uma repercussão econômica, na medida em que ele
599 afetou o fluxo para o litoral. Todos têm a exata noção das implicações econômicas
600 deste acidente para a região litorânea. Por isso que no nosso plano colocamos, na
601 questão rodoviária, a questão da segurança, do fluxo das pessoas, alternativas
602 rodoviárias, no sentido de garantir segurança para que as pessoas possam transitar
603 mesmo em situações em que possa algum acidente acontecer.

604 Aqui a ponte que caiu. Aqui, apenas para ilustrar, o dia em que aconteceu o
605 alerta, 10 de março. Vínhamos de uma sequência de três anos úmidos, 2008, 2009 e
606 2010. Esses três anos choveu acima da média, quando chegou o início de 2011, janeiro
607 e fevereiro choveu acima da média e quando chegou março, a coisa explodiu. No dia
608 10 de março tivemos aquela sequência de chuvas nesses postos medidos aqui na
609 Serra, e no dia 11, aquela quantidade bárbara de chuva, que causou os deslizamentos

610 que todos conhecemos, são volumes de chuva, absolutamente, fora da curva, o que
611 mostra evidências de que coisas estranhas podem estar acontecendo e devemos nos
612 prevenir em relação a isso.

613 Aqui é chuva acumulada, de 10 a 13 de março. Em alguns postos, em dois dias,
614 já era mais do que o dobro da média histórica. São chuvas absolutamente
615 extraordinárias. É muito importante dizer que essas chuvas extraordinárias
616 aconteceram em cima de três anos de sequência de chuvas acima da média, que vai
617 encharcando o solo e trazendo essas situações de alto risco. Em função disso e em
618 função de uma necessidade de termos uma estratégia de conservação da
619 biodiversidade, identificamos a oportunidade de criar um Programa, que foi chamado
620 de Bioclima. Onde criamos duas coisas diferentes, aparentemente, e hoje estamos
621 percebendo, até mesmo em um debate nacional, que temos participado, de que talvez
622 seja uma alternativa interessante para resolvermos tanto o problema da
623 biodiversidade, quanto o problema da mudança climática, tratados de forma conjunta.
624 Então, têm algumas coisas muito interessantes sendo encaminhadas. O programa tem
625 o apoio do Governador, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e com a
626 participação muito forte do Instituto Ambiental do Paraná, que será seu executor.

627 Essa imagem mostra, em amarelo, o que foi a Mata Atlântica na sua origem e
628 em verde os sete por cento remanescentes da Mata Atlântica. No caso do Estado do
629 Paraná temos a evolução do desmatamento, cujo bioma principal é a Mata Atlântica.
630 Hoje temos um restante de 9.84% de área com cobertura de Mata Atlântica no Estado,
631 uma situação muito crítica. Uma parte das consequências disso, associadas aos
632 prováveis e quase certas efeitos de mudanças climáticas, são situações como a que já
633 mostramos, estamos agora fazendo mais uma ilustração.

634 Então, esse desafio de trabalharmos de forma integrada as questões da
635 necessidade de preservar a biodiversidade, com as possíveis e quase certas alterações
636 climáticas que estamos vivendo e com as ações antrópicas que já aconteceram e que
637 vão continuar acontecendo, estamos aqui discutindo o desenvolvimento do litoral,
638 leva à necessidade de pensarmos uma estratégia de lidar com essas situações. Criamos
639 um fórum de discussão na SEMA, com a participação de diversas entidades, entidades
640 governamentais, universidades, academia, organização não governamental, entidades
641 de classe, do setor produtivo, empresas de pesquisas do Governo, enfim, todos os
642 nomes vocês estão vendo ali embaixo. E esse fórum de discussão é que na verdade
643 concebeu o que hoje estamos chamando de Programa Bioclima, que é um Programa
644 de Conservação, que tem como objetivo, a conservação e recuperação da
645 biodiversidade do Estado do Paraná, contribuindo para a mitigação e adaptação às
646 mudanças climáticas e com a qualidade de vida da população. É bem genérico, mas é
647 isso mesmo que é o objetivo do Programa, garantir que tenhamos a conservação do
648 restante da biodiversidade que temos, preferencialmente, recuperando uma parte
649 dela e, obviamente, garantindo o desenvolvimento econômico. Consideramos que isso
650 é uma oportunidade para o desenvolvimento da economia verde e para a conservação
651 e recuperação da biodiversidade.

652 Aqui alguns conceitos, que não vou ler, mas têm alguns conceitos embutidos no
653 Programa. O Programa tem três grandes componentes: conservação e recuperação da
654 biodiversidade, com mudanças climáticas e incentivos à conservação. Também não
655 vou detalhá-los aqui. E ele tem três grandes eixos de ações, vou chamar assim, que
656 seria a questão do planejamento da paisagem, onde estamos olhando para áreas que

657 têm uma biodiversidade muito rica como região litorânea, do que restou da Mata
658 Atlântica. O litoral do Paraná é, talvez, o que tenha de melhor no nosso País, mas
659 muitas vezes a população que aqui vive não tem uma qualidade de vida que tenha
660 relação com essa riqueza que esse patrimônio ambiental representa. É um desafio,
661 temos um patrimônio ambiental extraordinário e muitas vezes as pessoas que aqui
662 vivem não têm um padrão de vida adequado e compatível. Achamos, então, que esse é
663 um eixo importantíssimo, que temos que resolver.

664 O outro é uma região do Estado onde estamos imaginando incentivos à
665 conservação, que é uma região que restou uma parcela significativa de área verde, em
666 função de áreas que não têm tanta aptidão agrícola, por causa do tipo de terreno. Tem
667 uma forte presença de agricultura familiar, mas imaginamos que podemos ter
668 incentivo à conservação nessas regiões, corredor de Araucária nessa região. E temos
669 uma área do Estado onde temos grande produtividade, na verdade, uma área que,
670 realmente, foi muito desmatada por conta do agronegócio do Estado do Paraná, mas
671 que existem outras possibilidades de recuperação de algumas áreas identificadas
672 como estratégicas, do ponto de vista da conservação da biodiversidade, por exemplo,
673 nos grandes corredores dos grandes rios: Piquiri, Ivaí, Tibagi, enfim.

674 Essas seriam as três grandes áreas de atuação. Uma coisa que estamos
675 imaginando, estou quase terminando, em já estamos fazendo e acho que é muito
676 importante, é criar na sociedade uma real percepção de que há uma interdependência
677 entre o campo e a cidade. É muito comum que o sujeito que está na cidade, com todo
678 o seu conforto, culpe o cara no campo que está desmatando, mas ele não tem a exata
679 noção que, ao utilizar qualquer produto ao seu conforto, ao comer, ele é coautor
680 daquele problema do campo. Então, é fundamental que a gente, na verdade,
681 compartilhe, entre todos os setores, e precisamos educar as pessoas para isso e é
682 óbvio que terá um custo. E é a partir daí imaginamos que podemos resolver essa
683 equação com a compreensão de que os ares da biodiversidade que estão nas cidades
684 devem sim colaborar para que a gente garanta a tão sonhada biodiversidade, que
685 todos nós a queremos preservada. Só que essa biodiversidade está na propriedade do
686 camarada que está no campo. Então, esse camarada é que tem que conservar, tem
687 que fazer com que a floresta se preserve. Então, realmente, tem um grande trabalho a
688 ser feito e estamos dispostos a enfrentar isso daí. É quase uma peregrinação, mas
689 temos que vencer esse desafio.

690 Essas aqui seriam as áreas, onde vemos os lugares do Paraná onde temos a
691 maior concentração de floresta. Vou falar dos dois grandes pilares do Bioclima. Esse
692 aqui seria o primeiro grande pilar, que estamos imaginando que é o mercado de
693 reserva legal. Então, você imagina um proprietário do lado de cá, que tenha uma
694 propriedade rural, que tem mais floresta do que a Lei exige. Você imagina que o
695 sujeito de cem de área, ele deve ter vinte de floresta, mas tem setenta. Então, ele tem
696 cinquenta créditos de floresta que está conservando, mas que não precisava ter pela
697 Lei. Do lado de lá, tem um camarada que tem cem de área, deveria ter vinte de
698 floresta e tem zero. Então, esse camarada, na verdade, tem um déficit de vinte.
699 Estamos imaginando a criação de uma Agência de Incentivo à Conservação, isso tudo
700 está sendo bastante bem estudado, quem tiver interesse, obviamente, pode conversar
701 conosco e participar de tudo isso. Esse camarada que tem excesso vai nessa Agência
702 cadastrar o seu banco de floresta e vai dizer o seguinte: tenho aqui cinquenta
703 biocréditos de crédito. O camarada que está do lado de lá, ele vai vir e vai falar assim:

704 preciso de vinte créditos biocrédito. E esse crédito será remunerado em função do
705 valor da produção na área produtiva. É óbvio que tem que ser um valor tal que
706 incentive o cara que quer manter a produção, continuar produzindo e vai sobrar para
707 ele pagar aquela camarada no outro local. Então, estamos estudando esses valores,
708 essas coisas estão mais ou menos bem equacionadas e esse daqui, então, seria uma
709 das modalidades do que estamos pensando. Estamos falando de pagamento por
710 serviços ambientais, mas não de forma aleatória. Estamos olhando com muita
711 responsabilidade essa questão. O Governo poderia pegar cinquenta milhões e colocar
712 aí, pagar por serviços ambientais por dois anos e terminando os cinquenta milhões,
713 acabou, e o agricultor vai ficar perdido. Não é isso que queremos. Queremos
714 mecanismos permanentes, é isso que falo daquele pacto com toda a sociedade, com a
715 compreensão de que deve embutir na formação do preço dos produtos essa variável
716 ambiental. Esse é um dos mecanismos e, obviamente, imaginamos que há a
717 possibilidade de uma transferência de renda das áreas mais produtivas do Estado para
718 essas áreas onde gostaríamos de fazer conservação.

719 É muito importante compreender duas coisas. Nós achamos que esse pessoal
720 que está aqui, estão em terras muito produtivas, devem ter sim sua APP, mas que a
721 reserva legal possa ser em outra parte do bioma. Por isso que na questão do Código
722 Florestal agora, essa questão do bioma foi importante para nós. Se não tivesse o
723 Programa do Bioma, teríamos certa dificuldade, mas a questão do bioma foi
724 importante nesse sentido. Então, a APP é óbvio que ele tem que buscar, mas a reserva
725 legal ele pode ter em outro bioma. Mas não gostaríamos que ele viesse aqui e
726 comprasse uma área, para o camarada que está aqui ir embora. Porque aí teremos
727 cidades desérticas, verdes, mas as Prefeituras minguadas e quase sem habitante. Não.
728 Queremos a ideia da servidão. Então, o camarada de lá vai até a agência, aquela
729 agência vai remunerar o camarada que mora nessa região, onde queremos conservar.
730 E é óbvio que nessas regiões aqui podemos trabalhar, via Secretaria de Agricultura e
731 via Secretaria de Turismo, com um grande programa de agricultura familiar, agricultura
732 orgânica, selo verde, trabalhar a questão de exportação de produtos de alta qualidade,
733 não usar veneno. Tem uma porção de coisas muito legais que podem ser feitas e
734 melhorar a renda dessas pessoas.

735 A questão da valorização da floresta existente, na verdade está no contexto
736 que estou falando. Aqui é um pouco dos números do Estado do Paraná. Na verdade, o
737 Paraná tem quase quatrocentas mil propriedades. A reserva legal necessária seria três
738 milhões. Temos um déficit de um milhão e meio de reserva legal e temos cerca de
739 seiscentas mil disponíveis, seiscentos mil hectares além, então, ainda assim temos um
740 déficit no Estado a ser buscado. E aí imaginamos que esse Programa permitirá buscar
741 essa diferença.

742 Para terminar, vou falar do outro pilar que consideramos muito importante no
743 Bioclima, e tem uma relação muito forte com o setor industrial, é o que imaginamos
744 que é o que vá se desenvolver, por exemplo, aqui no litoral. Temos outro lado do
745 Bioclima que estamos imaginando que é um lado mais voluntário. Por isso que vocês
746 viram que estamos construindo o Bioclima muito fortemente em parceria com o setor
747 industrial e com o setor produtivo agrícola do Estado, porque já queremos trazer os
748 caras, no sentido de compreender e de topar, por exemplo, estamos imaginando que o
749 sujeito pode fazer uma certificação. Feito uma certificação, ele pode receber, como a
750 ISO, e aí o Governo terá um grande programa de articular para que, tanto no Brasil,

751 quanto no mundo, a economia paranaense seja valorizada, porque é uma economia
752 que se diferencia por conta de ter essa certificação. E aí, o que estamos estudando? No
753 licenciamento, eventualmente, podemos falar o seguinte: se você, indústria, tiver uma
754 certificação, na hora de renovar a sua licença, em vez de renovar a cada ano, renova a
755 cada três, mas você tem que me apresentar, todo ano, o resultado da auditoria da
756 certificação. Ele vai se sentir incentivado e ele também vai poder caso na certificação,
757 seja identificado, por exemplo: você fez tudo que podia, ainda assim você tem aqui um
758 déficit, um problema ambiental. Você pode ir lá e comprar uma cota de biocrédito e
759 essa cota de biocrédito servirá para fazermos aquela recuperação que desejamos.
760 Vamos poder investir nos corredores de biodiversidade, investir naquelas áreas
761 prioritárias para a recuperação.

762 Então, esse seria a outra vertente do Bioclima que estamos estudando muito
763 fortemente. Imaginamos, por exemplo, que esse setor industrial, que irá se instalar
764 aqui pode, inclusive, ajudar a financiar aquelas pessoas que também são aqui do litoral
765 e que estão contribuindo para a conservação da biodiversidade.

766 A apresentação é longa, temos uma série de programas desenvolvidos em
767 torno de tudo isso, existem seis grandes eixos, não vou entrar nos detalhes aqui, me
768 coloco à disposição de vocês na SEMA para tirar qualquer dúvida e vou parar por aqui.
769 Mas, a grosso modo seria isso e a única coisa que é importante dizer é a grande
770 preocupação nossa, temos visto muitos programas de pagamento por serviços
771 ambientais, mas observamos que a maioria deles não tem fonte de pagamento segura
772 e não queremos isso. Não queremos criar uma expectativa, o sujeito já vive uma
773 situação complicada e depois não ter esse problema resolvido. Então, estamos
774 construindo com muito cuidado e a coisa já avançou bastante. Seria isso e estou à
775 disposição de todos. Obrigado.

776 (Jonel lurk): Agradeço o Professor Gobbi pela sua explanação e antes de passar
777 a palavra para o Secretário Faisal, que fará uma abordagem rápida sobre a questão do
778 turismo e aí abriremos para o debate, gostaria de fazer um comentário, até um pouco
779 filosófico, mas na condição de Secretário de Meio Ambiente, é necessário, neste ponto
780 da reunião, fazer este comentário aqui hoje. Tenho recebido as visitas dos Prefeitos, a
781 pressão do Secretário Ricardo, do Secretário Cássio, no sentido do desenvolvimento. E
782 eu faço o contraponto na área ambiental, obviamente, colocando as preocupações que
783 a sociedade tem que ter também, do ponto de vista ambiental. Então, entendo, tenho
784 a certeza, tenho convicção plena de que cada Prefeito que nos procura, está,
785 absolutamente, dotado de legitimidade e está lá defendendo o interesse do seu
786 município, da sua comunidade. Tenho essa compreensão assim, perfeitamente. Mas
787 também entendo que todos nós estamos, digamos assim, direcionados para um
788 determinado modelo de desenvolvimento. Não conseguimos enxergar outro modelo
789 de desenvolvimento. O modelo de desenvolvimento que enxergamos é indústria,
790 indústria e indústria, consumo, consumo e consumo e não vou entrar no mérito se isso
791 está certo ou não, só quero dizer que hoje estamos perseguindo um modelo de
792 desenvolvimento. Estamos aqui cegos, entre aspas, em busca do pré-sal, o que tem
793 muitos problemas ainda a serem resolvidos. Vimos agora na Bacia de Campos o que
794 aconteceu lá. Falar em turismo com óleo não é muito fácil. Mas, de repente, o que
795 quero dizer é que esse programa que o Gobbi apresentou aqui, pode ser outra
796 alternativa de desenvolvimento, que, num primeiro momento, pode até ser
797 incompreensível, mas aqui, o que estamos querendo dizer, é o seguinte: floresta em

798 pé, árvore em pé, vai valer dinheiro sim e vai valer muito dinheiro. Vocês acreditem,
799 vamos demonstrar isso a partir do mês de março, na concretização dos planos que
800 estão sendo elaborados aqui. O que por si só, e aí que acho que o litoral tem um
801 momento especial, se conseguirmos levar adiante os dois planos, o da industrialização
802 de forma competente, responsável, e também o do pagamento de serviços ambientais
803 e a conservação da biodiversidade. O litoral, finalmente, terá o seu reconhecimento
804 pela natureza que tem aqui, ou seja, o reconhecimento de todo o Estado do Paraná e
805 terá também as suas áreas de desenvolvimento industrial assegurada. É uma questão
806 de inteligência e também de, num primeiro momento, vivemos um momento um
807 pouco conturbado, porque são conceitos novos, então há uma defesa prévia de todos,
808 é natural, entendo isso como sendo natural, mas vocês podem ter certeza que no
809 âmbito da SEMA, estamos buscando o melhor caminho. Tenho certeza que o
810 Secretário Ricardo e o Secretário Cássio também estão fazendo isso, o Secretário Cezar
811 Silvestri, o Secretário Faisal.

812 Então, o esforço do Governo e é interessante, porque temos opiniões
813 divergentes e é bom que seja assim, porque na divergência acabamos buscando
814 melhores. Vou passar a palavra ao Secretário Faisal, para fazer suas considerações.

815 (Faisal Saleh): Obrigado. Boa tarde a todos. Queria fazer algumas colocações, o
816 ideal seria que eu também tivesse preparado uma apresentação, mas fica para a
817 próxima reunião do Conselho. Dizer do prazer em estar trabalhando com esse grupo e
818 pedir desculpas por não ter acompanhado, Marco Ziliotto, o trabalho desde o início e
819 colocar a vocês a importância do por que da minha alusão.

820 Em primeiro lugar, neste caso e em todos os casos, no que diz respeito ao
821 desenvolvimento do Paraná, entendo que o turismo é um setor estratégico para o
822 desenvolvimento socioeconômico do nosso Estado e do nosso País. Fica muito mais
823 fácil trabalhar o desenvolvimento de todos os setores na lógica do desenvolvimento do
824 turismo, porque ele preza, antes de mais nada, ter a qualidade de vida pela
825 sustentabilidade da vida e a valorização daquilo que o cidadão produz de melhor.
826 Tenho certeza que na questão do litoral, ao longo dos últimos anos, o litoral sempre
827 sonhou com o desenvolvimento turístico e nunca via a possibilidade disso acontecer. E
828 não será agora, e tenho certeza de que todos trabalharão nesse sentido, que vamos
829 descuidar da importância do setor e da importância disso para o cidadão. Temos
830 recomendado o trabalho com pessoas e com as comunidades, no sentido de organizar
831 o que a sociedade tem de melhor. É nesse sentido que estamos caminhando e nesse
832 aspecto, diria para vocês que o turismo entra quando se instalam essas dinâmicas de
833 produção industrial. Ele possa ter um papel de equilíbrio, junto com o meio ambiente
834 no que se refere à qualidade de vida e utilização territorial e, especialmente no litoral,
835 como setor fim, porque estamos falando numa pedra bruta que pode ser lapidada no
836 ambiente mais rico e pode ser desenvolvido.

837 Conversamos com diversos Prefeitos, no sentido de fortalecer, para que o setor
838 privado tome conta do espaço do turismo e que os municípios apoiem. O turismo
839 náutico, essas duas paradas, sábado que vem temos outra parada de Navio de
840 cruzeiro, são paradas técnicas. Temos quatro previstas para esta temporada e em
841 negociação mais duas a quatro ainda para esta temporada. Mas não são as paradas
842 técnicas que resolverão nossa questão, temos que negociar as paradas efetivas. Que,
843 efetivamente, o litoral do Paraná esteja dentro dos pacotes turísticos internacionais e
844 é para isso que estamos encaminhando. É importante dizer que não é só Paranaguá

845 que está incluída com a possibilidade de Porto de passageiros. Temos uma múltipla
846 capacidade de fazer os estoques, como fazer paradas diretamente em Antonina, tudo
847 isso será decorrente desse início de trabalho. Estou muito convicto que Antonina sairá
848 muito beneficiada com isso e é um dos elos mais importantes para o desenvolvimento
849 do litoral, Prefeito, tenho que lhe dizer isso, porque esse cenário maravilhoso que tem
850 aqui nos remete, evidentemente, a uma excelência de satisfação de quem visita.
851 Tivemos um depoimento dos passageiros do Navio que aportou no dia 17 de
852 novembro, no final da tarde a agência de viagem fez uma pequena pesquisa e,
853 segundo os passageiros, foi a melhor experiência pessoal no Brasil. Quer dizer que
854 gostaram mais pessoalmente do que o Rio de Janeiro, porque aqui conseguiram ter um
855 contato muito mais próximo e muito mais tranqüilo com a comunidade e com toda
856 essa natureza, do que nesses Portos que passaram anteriormente.

857 Segundo dados, o setor não crescerá no Brasil se novos Portos não forem
858 adicionados, e o Paraná tem uma posição estratégica, tanto para funcionar só para que
859 navios atraiam, como para que sejam embarcados passageiros. Patrimônio histórico
860 e cultural, turismo religioso, turismo rural, turismo de negócios e eventos. O Centro de
861 Eventos de Morretes tem o Centro de Eventos do SESC sendo inaugurado no próximo
862 dia 16.

863 Então, vemos possibilidades de trazer grupos corporativos e trabalhar o ano
864 inteiro com o litoral, tendo público para os nossos restaurantes, hotéis, enfim. Turismo
865 ecológico não precisa nem comentar e a faixa de praia. E nessa lógica da faixa de praia,
866 o engordamento da praia já está em andamento e estamos muito próximos de ver isso
867 realizado. É uma notícia que agrada a todos. Mas não trabalhar o veraneio ou o verão,
868 no litoral paranaense, só na lógica das praias, porque sabemos que nossa faixa de praia
869 é muito restrita e perderíamos muito para os vizinhos. Então, a praia somada à visita
870 ambiental, à pesca, às baías e a tudo que isso pode resultar. Há um grupo canadense
871 também trabalhando na perspectiva de um grande investimento em Morretes. Estão
872 trabalhando conosco em nível governamental, para a partir de janeiro ou fevereiro ter
873 um primeiro projeto. Acreditamos que é um projeto na ordem de 130 apartamentos,
874 Classe A, com excelência ambiental muito bem trabalhado e tem interesse em
875 Antonina também.

876 Isso é a ponta do iceberg. No momento em que dermos o sinal positivo para
877 que a Ilha do Mel resolva suas questões, e estamos muito próximos disso, há um
878 esforço do Governo como um todo, da Prefeitura de Paranaguá, da comunidade da
879 Ilha do Mel trabalhando em conjunto. Há múltiplos caminhos que demonstram que
880 estamos construindo um processo coletivo, e essa baixa estima tem imperado no
881 litoral tem que terminar e temos que olhar para um cenário positivo. Mas numa
882 equação que privilegie o desenvolvimento sustentável, não é só colocar indústria pra
883 dizer que tem emprego e vai virar uma Cubatão. O litoral do Paraná, com tanto
884 cuidado ambiental para preservar um dos lugares mais lindos do mundo, seja agora
885 prejudicado com uma ocupação impensada. Temos uma oportunidade real, essas
886 indústrias são extremamente benéficas, têm que vir, mas também temos que cuidar
887 dessa situação.

888 O SEBRAE fez um grande estudo de possibilidades de investimentos,
889 especialmente no turismo do litoral do Paraná. Um projeto piloto que se alia a todo o
890 projeto de desenvolvimento do litoral, na sequência e passa a fazer parte de uma ação
891 efetiva, onde, evidentemente, Governo e municípios deverão trabalhar juntos, para

892 atrair esses empreendimentos. Se hoje recebemos um navio e no dia 17 novamente,
893 de 1400 passageiros, para dar conta desses 1400 passageiros, com a estrutura que
894 temos, mas imaginem vocês um Porto como de Barcelona, que em um dia chega a
895 baixar 20 navios e 60 mil pessoas. Não imaginamos isso para o litoral do Paraná, mas
896 se um grande navio parar no litoral do Paraná, são 3 a 4 mil passageiros, numa só
897 parada. Seria loucura imaginar que fizéssemos isso sem estar devidamente
898 preparados.

899 Então, até a instalação dessa nova dinâmica do turismo, deve ser feita na
900 medida em que nossas estruturas possam absorver essas atividades. Finalmente, sobre
901 embarcações leves, o Estado do Rio de Janeiro é o que mais está se beneficiando desse
902 filão. Embarcações de passeio, embarcações de pesca. Os ambientes onde são
903 fabricadas essas embarcações tem um fluxo muito grande de pessoas para conhecer,
904 para comprar e tem eventos dirigidos para aquele tipo de embarcação. Tem um
905 impacto calculado que pode ser perfeitamente monitorado, porque são pequenas
906 indústrias e impõem uma dinâmica de ocupação das nossas baías e rios aqui, de uma
907 forma muito importante. Então, eu conversava com o Secretário, uma forma de
908 imaginarmos, junto com os municípios, até onde podemos ir com essa ideia, com esse
909 projeto e colocar isso nas nossas prioridades. Era isso. Muito obrigado e estou à
910 disposição de todos.

911 (Jonel Iurk): Antes de passarmos para a tribuna livre, em relação às três
912 apresentações que foram realizadas aqui, indago se os Conselheiros têm algum
913 questionamento a fazer?

914 (Ricardo Monteiro): Começo ressaltando a importância do que o Secretário
915 Marco Ziliotto falou, de que haverá reuniões de trabalho e discussões com a
916 comunidade local dos sete municípios. Acho isso extremamente importante e está
917 coerente com o Artigo 2º, Inciso 2 do Estatuto das Cidades, muito bem mencionado
918 pelo Carlos e que fala que a gestão democrática tem que ser feita com a participação
919 da população na formulação das políticas públicas de desenvolvimento. É essencial
920 saber o que a comunidade local quer e entende como sendo um desenvolvimento
921 territorial sustentável, extremamente importante. E começo também resgatando duas
922 palavras, uma do Secretário Jonel, que falou sobre o modelo de desenvolvimento, a
923 expressão e outra do Secretário Faisal, que falou sobre o turismo e a partir dessas duas
924 falas, toco na questão do modelo de desenvolvimento e entendo o modelo de
925 desenvolvimento como foco. E entendo foco como coisas que estão em primeiro plano
926 e coisas que estão em segundo, terceiro ou formas secundárias.

927 Esse esboço vejo que tem muitas questões de desenvolvimento econômico em
928 primeiro plano e algumas questões que considero extremamente essenciais e
929 importantes para o desenvolvimento do litoral, que ficam, algumas distribuídas nas
930 entrelinhas, em partes muito pequenas, outras não são nem sequer citadas e eu
931 gostaria de tentar trazer essas questões para o primeiro plano, a título de proposta de
932 encaminhamento nesse documento. Então, uma delas, não existe turismo sem a
933 preservação das comunidades locais, sem a preservação da história, da cultura, do
934 ambiente natural. Ninguém virá para o litoral para visitar plataforma de petróleo ou
935 indústria. Então, a preservação das comunidades locais, a história, as etnias, os sítios
936 arqueológicos, o patrimônio histórico, arquitetônico, tanto das áreas urbanas, quanto
937 das áreas rurais, precisa vir em primeiro plano e mereceria um capítulo principal, que
938 poderia ser um capítulo ou uma coluna de intervenção, que essa valorização remete a

939 outras questões. Uma delas é a questão da regularização fundiária, já que boa parte
940 dessas comunidades não possuem a sua situação fundiária regularizada e, portanto,
941 estão á mercê, inclusive, de empreendimentos econômicos que queiram tomar o
942 espaço delas, para implementar empreendimentos de várias formas, incluindo a
943 expulsão branca, que é uma expulsão das comunidades de forma que vai sendo
944 intensificado ao longo do tempo. Então, essa questão é muito importante.

945 Outra questão que vejo muito importante e que merece um capítulo especial,
946 são serviços públicos para a comunidade local e também para a comunidade que
947 frequenta o litoral. Então, nos serviços públicos têm que aparecer em primeiro plano a
948 educação, a saúde, o esporte, o lazer, as creches, as praças, porque no litoral não
949 temos praças, não temos áreas de esporte, não temos ginásios, não temos creches
950 para as pessoas colocarem as crianças. A educação é precária em muitos locais. O
951 esporte, apesar de o Brasil ser o país da Copa do Mundo e das Olimpíadas, o esporte
952 no litoral é precário. E temos que melhorar o atendimento dos serviços públicos em
953 primeiro plano.

954 Um elemento extremamente importante, que gostaria de chamar o destaque, é
955 o Sistema de Circulação e Transportes, com ênfase ao transporte intermunicipal, entre
956 os municípios, e o transporte dentro do município e com ênfase aos transportes
957 alternativos como ciclovias, ciclofaixa, bicicletas e outros transportes alternativos. Por
958 que não investir em turismo, onde as pessoas possam se deslocar de um local a outro,
959 com métodos e meios de transportes alternativos menos poluentes, que também
960 atendam à população local?

961 Outro elemento que acho extremamente importante, que deveria aparecer em
962 primeiro plano para o litoral, é a habitação. E quando falo em habitação, em moradia,
963 destaco a regularização fundiária, como já falei antes, mas também a melhoria da
964 estrutura urbana, ou seja, a reestruturação urbana. Precisamos melhorar a
965 reestruturação urbana das nossas cidades, a pavimentação, as calçadas, a iluminação
966 pública, precisamos melhorar a coleta de lixo, enfim, então a habitação significa isso e
967 também significa melhoria nas construções existentes, melhoria nas construções das
968 ilhas, melhoria nas construções rurais, melhoria das construções urbanas, melhoria
969 sanitária, etc. e tal, tudo isso vinculado a esse capítulo de habitação.

970 Outro capítulo que trago ao primeiro plano, que foi muito bem citado, o colega
971 Carlos falou bem, a gestão urbana democrática, ou a gestão democrática e
972 participativa, onde temos que incentivar a instalação dos Conselhos Municipais de
973 Gestão Democrática, eles sejam instalados, sejam efetivos, com a participação da
974 população e, principalmente, atacar um dos grandes vilões ao desenvolvimento, que é
975 a especulação imobiliária. Então, precisamos aplicar essa Lei Federal muito bem citada,
976 que é uma referência mundial o Estatuto da Cidade e não está sendo aplicada. O
977 Estatuto da Cidade traz os instrumentos de combate à especulação imobiliária. Temos
978 lotes vazios, glebas vazias, prédios abandonados, edificações em ruínas, construções
979 paralisadas que devem cumprir a sua função social, ajudando para o desenvolvimento
980 do litoral.

981 Um capítulo extremamente importante, que já foi citado antes e acho que deve
982 ser uma linha mestra do plano, é que tenhamos, vou usar uma expressão, que
983 tenhamos, de fato, uma preocupação muito grande com a definição das
984 contrapartidas, das empresas, sobretudo das empresas grandes que vierem a se
985 instalar aqui. Que essas contrapartidas possam financiar o desenvolvimento local,

986 possam ajudar na preservação ambiental, possam ajudar em todas essas melhorias
987 que citei, anteriormente. Então, a pergunta que vocês devem estar se fazendo é: quem
988 vai pagar isso aí tudo? Podemos extrair dessa questão, que temos um potencial de
989 investimento e de financiamento.

990 Então, essas contrapartidas das empresas devem ser pensadas com muita
991 cautela, para que a gente, realmente, pense em um novo modelo de desenvolvimento,
992 que seja um modelo incluyente e que distribua riqueza para as comunidades locais e
993 preserve o ambiente natural. Que a gente tire essas questões do discurso e coloque na
994 prática, de fato.

995 Uma última questão, estou concluindo, que também a gente promova ações
996 em primeiro plano, para incentivar o empreendedorismo local no litoral, sobretudo o
997 microempreendedorismo, que envolve o cadastramento, a formação e a inclusão de
998 muitos trabalhadores que estão na informalidade, ou seja, que eles também se
999 preparem para aproveitar as oportunidades que esse desenvolvimento econômico
1000 trará ao litoral. Muito obrigado.

1001 (Jonel Iurk): Agradecemos a contribuição do Conselheiro Ricardo e lembro que
1002 a Sessão está sendo gravada e as sugestões serão levadas para o Grupo Técnico, que
1003 está elaborando o Programa Estratégico e, obviamente, buscarão fazer o
1004 aproveitamento das sugestões.

1005 (Pedro Guimarães): Boa tarde a todos. Represento as Entidades Ambientalistas
1006 no Estado do Paraná, sou integrante da Associação ANOÉ, em Matinhos. Sou um dos
1007 remanescentes mais antigos do Conselho do Litoral, tendo como meu par o Carlinhos
1008 que era Prefeito, em 89. Dizem que o futuro demora muito tempo, não é? E hoje
1009 vivemos aqui uma proposta histórica. Fiz um pedido para o Ziliotto, iria usar a Tribuna
1010 Livre, resgatei um documento de 22/09/89, que diz assim, sobre o Conselho de
1011 Desenvolvimento do Litoral, e assinado por todos os Vereadores da época: Esse
1012 colegiado, composto através de Lei e Decreto por Governos de época diferentes do
1013 Estado do Paraná, é mantido, atualmente, e mantido atualmente reflete uma maneira
1014 pública de mostrar uma incompetência que não é verdadeira, dos homens públicos do
1015 litoral, já que é a única região do estado em que um Conselho controla o sistema
1016 territorial, tirando, nitidamente, a autonomia dos municípios e criando,
1017 constantemente, celeuma entre proprietários, órgãos públicos e outras entidades. Só
1018 é fator preponderante para o progresso da região, aliado ao respeito à natureza. Pois
1019 bem, todos esses anos, finalmente é apresentada uma proposta para o litoral digna da
1020 sua construção. E ontem tive a infelicidade, sei como somos pessoas bem centradas e
1021 não estamos aqui a favor de ninguém, simplesmente uns cumprindo suas funções e
1022 outros exercendo a sua cidadania, que é o meu caso. Vivo na base da pirâmide social e
1023 sempre que posso estou contribuindo. Então, tive a infelicidade, ontem, de ver,
1024 Senhores Conselheiros, sermos criticados, não numa tribuna como essa, não num
1025 documento como este, e a magnitude desta proposta mostra que, se por um lado o
1026 Conselho do Litoral terá uma autonomia, em relação aos municípios do litoral, que se
1027 transforma rapidamente em parceria, que outra região do Estado tem um colegiado
1028 técnico desse para propor a elaboração de uma proposta tão rica quanto essa? E
1029 fomos criticados em um programa policial, fomos tratados como inimigos do
1030 progresso, como responsáveis pela ausência de hospitais, no litoral, estamos
1031 empurrando o desenvolvimento para o litoral de Santa Catarina, porque temos uma
1032 crise de identidade com Santa Catarina. Dentro deste Estado nós queremos ser Santa

1033 Catarina.

1034 Então, o Conselho do Litoral traz essa proposta, moderna. Eu poderia levantar
1035 alguns pontos ambientais. Vou levantar a questão do cidadão que depende da
1036 estrutura pública. Na minha cidade fiz uma pesquisa, sou o mais pobre de todos e
1037 dependo do Estado visceralmente e gostaria que fosse dado um apêndice grave, não
1038 sei em que órgão, que Secretaria, que conjunto, na questão do passivo social que se
1039 perdeu ao longo desses 500 anos de litoral. Saúde pública, vamos definir um modelo,
1040 mas antes de definir um modelo, vamos ter uma pauta: Matinhos terá um hospital à
1041 sua altura, Pontal terá um hospital à altura. Porque não dá para colocar vinho novo em
1042 odre velho, isso já se falava há dois mil anos, e o impacto de medidas que incidam na
1043 estrutura do litoral, hoje, é extremamente temerária. Estruturas velhas, arcaicas,
1044 carcomidas.

1045 Gostaria de deixar minha sugestão ao Conselho do Litoral, que alguma
1046 autoridade olhasse para o déficit social e apresentasse junto, dizendo: é isso aqui, esse
1047 déficit social que tenho em saúde, mobilidade urbana. Matinhos está estrangulada,
1048 não tem para onde sair. Não posso mais andar de bicicleta em Matinhos, tem até um
1049 semáforo que foi instalado em 1990, que poderia ser reativado hoje. A segurança
1050 pública, as delegacias locais, sabemos que a ONU diz que tem que haver um policial
1051 para cada 250 habitantes e como está o nosso contingente? O tratamento de resíduos
1052 ainda não há providências. Demos um apoio para o Secretário do Meio Ambiente e
1053 conseguimos aprovar uma Emenda, daquelas emendas populares, para o Sistema de
1054 Tratamento de Resíduos Sólidos, 600 mil reais. Estou entregando para o Secretário
1055 essa opção, porque não há ainda uma eficiência. Habitação: não tem casa para alugar,
1056 não tem habitação popular, enfim, estou quase tendo que ir embora de Matinhos. A
1057 cidade cresce de maneira subterrânea, clandestina, sem Engenheiro, sem projetos,
1058 sem drenagem sem esgoto. As unidades de conservação com estruturas precárias de
1059 serem mantidas, de fiscalização, o Parque Nacional.

1060 E para se ter uma ideia do nosso espaço político, quando eu disse velhas
1061 estruturas políticas locais. Os nossos administradores teriam que passar por um
1062 Seminário, provavelmente, lá no Mosteiro de Tijucas do Sul, para dizer que o novo
1063 chegou, não é Professor? Estamos no limiar dos preparativos para a Olimpíada de
1064 2016, os senhores sabem para onde está programado o Centro de Excelência de Volei
1065 de Praia da Universidade? Para Maringá. Isso que eu chamo de velhas políticas que
1066 não se sintonizam, não lutam por isso.

1067 Referente ao trajeto da ferrovia, por isso que falo que o futuro demora a
1068 chegar. O traçado resgata uma coisa que foi piada no Paraná nos anos oitenta e que
1069 hoje está concretizado. Não estou discutindo se é viável, já vai derrubar árvore, só
1070 estou vendo o resgate histórico da proposta feita para as praias do velho e saudoso
1071 Deputado, que finalmente terá trem para as praias.

1072 Então, gostaria que tudo o que foi dado nessa proposta, engordasse o passivo
1073 social. Obrigado.

1074 (Juliano Vicente Elias): Boa tarde a todos. Falo em nome dos Portos de
1075 Paranaguá e Antonina, apenas duas indicações técnicas ao projeto, inicialmente ao
1076 Ziliotto. Sei que está em discussão e isso é bastante forte na Secretaria, mas talvez,
1077 num primeiro momento, manter a ligação ferroviária Matinhos a Paranaguá, entrando
1078 pelo lado Oeste, até pela previsão futura de uma interligação ao Porto de Pontal do
1079 Paraná a Paranaguá, via ferroviário. Sei que o traçado desce e chega em Matinhos, mas

1080 em Matinhos vai direto a Pontal e existe uma discussão da derivação de uma ferrovia
1081 que vai margeando a 508, que entra no setor Oeste e conecta no sistema ferroviário
1082 dentro da cidade. Então, manter essa discussão, para poder ter essa ligação futura
1083 pensando em desenvolvimento.

1084 Na questão da infraestrutura, quando citaram os acessos principais, inserir um
1085 acesso que é primordial, hoje, em nível de desenvolvimento, que é o acesso à nova
1086 zona portuária em Paranaguá, via Viaduto da 508. Citaram da 407, que é primordial
1087 para o acesso a Pontal do Paraná, o novo acesso a Antonina e tem a proposta que faz
1088 parte do PPA do Governo do Estado, de na 508 fazer uma derivação via estrada velha
1089 de Alexandra, para acessar todo o Porto, desviar o tráfego dentro da cidade de
1090 Paranaguá. Esses são os três eixos principais que eu citaria como importantes para
1091 manter a discussão nessa fase.

1092 Queria colocar a todos a importância desse desenvolvimento para o Porto de
1093 Paranaguá, em si, para dar, pessoalmente, Secretário Ricardo, a estabilidade do
1094 empresário no investimento na região. É claro que com o desenvolvimento
1095 sustentável, mas hoje sofremos demais com a instabilidade, com o receio de
1096 investimentos, principalmente, nas questões ambientais. Temos exemplos gritantes
1097 em Paranaguá, situações em áreas aprovadas, Plano Diretor aprovado, zoneamento
1098 aprovado e que temos cassações de licenças em vários alvarás, via Ministério Público e
1099 outros. Então, a importância de dar estabilidade para que as pessoas voltar a investir
1100 na região litorânea do Paraná é premente.

1101 Não preciso falar da importância do Porto na economia dos sete municípios
1102 aqui, imaginem fora. Para nós é importantíssimo esses investimentos. Tem a questão
1103 das chuvas e o impacto, mas ficamos sete dias sem acesso, isso foi um aviso para a
1104 necessidade de se buscar, trabalhar e lutar, pelo novo acesso Via Garuva, pelo novo
1105 acesso Peruíbe, porque não podemos ficar refém de um único acesso rodoviário e
1106 ferroviário. Reforço para que tenhamos duas ou três alternativas e não fiquemos
1107 refém de um único modal.

1108 A implantação de um sistema ferroviário é muito importante, porque sabemos,
1109 hoje, que a nosso mais do que centenária linha Curitiba a Paranaguá, está trabalhando
1110 com mais de 110% da sua capacidade. Toda e qualquer investimento e crescimento
1111 que está existindo hoje, vai, com certeza, entrar no modal rodoviário de imediato.
1112 Sabendo que essa implantação dura de cinco a sete anos, mas é necessário para
1113 pensar no crescimento como um todo. Mesmo com tudo isso, e com os investimentos
1114 que estamos tratando com esse novo Governo, o Porto conseguiu bater todos os
1115 recordes históricos e vai fechar o ano com movimento recorde. É claro que isso
1116 representa também na comunidade, além da questão de renda, um aumento das
1117 viagens de caminhões, tráfego e infraestrutura. É fundamental esse crescimento com
1118 base em desenvolvimento e estabilidade, para que todas as empresas possam entrar
1119 com a questão sustentável, com garantias de investimentos. Cito um exemplo, e acho
1120 que aí, na questão do Pontal, do pré-sal, é o momento de nos fixarmos no cenário
1121 Nacional. Então, é importante frisar, essa semana estive em Santos, quem conhece lá
1122 sabe o que estou dizendo, Santos está estagnada, porque não tem mais área para
1123 crescer. Todos os Portos mais próximos à região do pré-sal não têm a nossa área, a
1124 nossa baía e as nossas qualidades de trabalho para oferecer para a atividade, com
1125 crescimento sustentável, com certeza.

1126 Então, é hora do Paraná se fixar no mercado e estabilizar, de maneira

1127 sustentável, a questão econômica. E deixo aqui como exemplo, isso é importante,
1128 porque a concorrência entre Portos existe, o Porto de Itapoá, recém-inaugurado, ao
1129 lado de Guaratuba, com sua compensação ambiental dentro do Estado do Paraná.
1130 Temos que tomar isso como exemplo, têm que existir maneiras de crescimento, para
1131 que não fiquemos estagnados, na incerteza, o que começa a afugentar alguns
1132 investimentos. Que ocorra de maneira gradual, com responsabilidade. E fica para nós,
1133 como Porto de Paranaguá, a necessidade de que tenha esse plano, que trará segurança
1134 para a região.

1135 (Jonel lurk): Muito obrigado pela contribuição, e pela exposição, Conselheiro
1136 Juliano. Temos três últimos inscritos: o Senhor Vicente, de Guaratuba; Prefeito Carlos e
1137 o Prefeito Gimenez. Então, pela ordem de inscrição, o Senhor Vicente.

1138 O Senhor Vicente: Boa tarde a todos. Em relação ao Plano Diretor do município
1139 de Guaratuba, onde foi citado no Plano Estratégico de Desenvolvimento Territorial,
1140 estou com uma carta, assinada pela Prefeita, onde estamos pedindo um novo relatório
1141 do Plano Diretor do Município. Estamos pedindo ao Secretário que indique outra
1142 Secretaria para fazer a relatoria do Plano Diretor.

1143 O nosso Plano Diretor vem, mais ou menos, nos moldes onde foi apresentado o
1144 Plano de Desenvolvimento Sustentável. A palavra já diz tudo: sustentável. Onde vamos
1145 buscar essas áreas para fazer o potencial construtivo. Mais ou menos nos moldes em
1146 que foi apresentado nessa última palestra que tivemos quem tem a área verde, vai
1147 servir para potencial construtivo, para quem quer construir em suas áreas. Dessa
1148 forma, o grande problema em Guaratuba é o desenvolvimento desordenado, em
1149 função da legislação que não permite o cidadão fazer a abertura de ruas e nem
1150 derrubada de árvores do Bioma Mata Atlântica para construção, ele acaba
1151 abandonando seus lotes e o invasor acaba se apossando e construindo ilegalmente a
1152 sua casa. Dessa forma, vamos, de uma vez por todas, fazer a coordenação do
1153 desenvolvimento da nossa área. O Plano Diretor está sendo tratado dessa forma,
1154 Senhor Secretário, e em breve vamos apresentar esse novo modelo do nosso Plano
1155 Diretor. Seria isso.

1156 (Jonel lurk): Muito obrigado. A Secretaria Executiva recebe o Ofício, para dar os
1157 encaminhamentos devidos. Com a palavra ao Prefeito anfitrião, Carlos Augusto
1158 Machado.

1159 (Prefeito Carlos Augusto Machado): Boa tarde a todos, é um prazer recebê-los
1160 em Antonina. Estamos vivendo em Antonina situações novas. Uma é a questão da
1161 revitalização do Porto. Havia um imbróglgio na ponta do Félix, na sua venda acionária,
1162 uma participação de Fundo de Pensões ligado a estatais, então, era uma empresa
1163 privada, mas, ao mesmo tempo, com uma ingerência muito forte do poder público e
1164 que hoje está em mãos da iniciativa privada e funcionando muito bem. Segundo me
1165 consta, vamos passar de um milhão, o Paulo que está no Porto, um milhão de
1166 toneladas operadas neste ano. Isso é um recorde, assim como o do Porto de
1167 Paranaguá. Essa é uma situação nova, que se apresenta em Antonina. Outra situação é
1168 a questão do pré-sal, uma realidade e desde que se anunciou essa riqueza para o
1169 Brasil, já tomamos a iniciativa de procurar ter conhecimento e claro que com isso vêm
1170 todas as preocupações sociais que temos que ter, para que continuemos tendo
1171 Antonia com desenvolvimento, com qualidade de vida, com boas escolas, boa saúde,
1172 um respeito ao meio ambiente, mas que o meu filho possa, se for a sua opção,
1173 trabalhar, viver aqui e trazer muitos netos pra mim. Muito obrigado.

1174 (Prefeito Rudisney Gimenes): Boa tarde a todos. Todos aqui têm consciência do
1175 que é a preservação do meio ambiente e o que é o desenvolvimento. Alguns técnicos
1176 têm mais a parte da preservação, outros têm mais a parte social e política. E é um
1177 confronto entre preservação e o desenvolvimento. Acertar esse equilíbrio não é fácil.
1178 Mas o maior problema que vejo é nós, Prefeitos, que ficamos na encruzilhada, porque
1179 têm os técnicos para preservar, não que não tenhamos consciência, e tem o
1180 desenvolvimento que vem o social, todo o desenvolvimento que vem. Inclusive, vou
1181 contar a vocês, estou como Prefeito há sete anos, acho que faz uns três ou quatro que
1182 não participava mais de reunião do Conselho. E até dou razão quando ele falou da
1183 reportagem policial, falando que o Conselho atrapalha o desenvolvimento e ainda vou
1184 mais, se colocar uma reportagem de um técnico do meio ambiente, ele vai dizer que o
1185 Conselho estava atrapalhando para que se preservasse. Porque precisamos ter uma
1186 determinação e vim aqui, hoje, porque estou vendo, o Prefeito precisa chegar lá e
1187 dizer assim: aqui não pode fazer assim. Mas tenho que ter uma solução para as coisas.
1188 Vejo o Conselho aonde o Prefeito vai se resguardar e trazer um problema social que
1189 ele tenha. Como que vou dar assistência médica no município com pouco recurso? É
1190 hora de o Conselho intervir nisso, porque não adianta trazer um turista e ter uma
1191 criança que não tenha onde estudar.

1192 Acho que o Conselho tem que ser essa engrenagem para trazer recursos para
1193 poder trazer o turismo para trazer o desenvolvimento e preservar o meio ambiente.
1194 Então, nunca vi isso no Conselho. No nosso município tudo acontece, mas nunca tive
1195 uma orientação, uma determinação: olha isso aqui vai ser assim, existe a Lei. Mas não
1196 pode fazer, tem a maneira de se fazer preservando. Está lá uma marina: olha, você tem
1197 que fazer essa compensação, você tem que fazer isso e aquilo. O planejamento está
1198 aqui. É isso que nós precisamos ter esse respaldo técnico.

1199 Quero cumprimentar, dizer que estão de parabéns quero participar, tenho a
1200 consciência política da parte de desenvolvimento, mas também sempre preservando.
1201 Agora faço um apelo: que seja rápido, estamos muito atrasados. Muito obrigado.

1202 (Jonel Lurk): Não havendo mais inscritos, vamos para a última fase da nossa
1203 reunião. Na verdade, seriam assuntos gerais, pediria aos Secretários presentes e até
1204 gostaria de fazer um comentário, porque na data de hoje temos um recorde de
1205 Secretários de Estado participando na figura de Conselheiros. Tivemos em Guaratuba a
1206 presença do Secretário Cássio, o que vem demonstrar, também, uma valorização, a
1207 importância que o litoral assumiu, hoje, na gestão do Governador Beto Richa. É uma
1208 demonstração, sem dúvida nenhuma. O Secretário Cezar Silvestri só não está aqui
1209 porque hoje é o aniversário de Guarapuava e ele teve cumprir uma agenda lá no
1210 município de Guarapuava.

1211 Indagaria se os Secretários gostariam de fazer uma última manifestação.

1212 (Ricardo Barros): Quero dizer, primeiro, Gimenes, que fico feliz, porque eu
1213 também sempre ouvi falar muito mal, muita reclamação. Então, acho importante a sua
1214 colocação. Dizer que estive com o Paulo, estava visitando o Porto de Antonina e acho
1215 que temos, sim, provavelmente, boas notícias aqui para a região em relação a essa
1216 questão. E por último dizer que a Secretaria lançou agora o Bom Negócio Paraná que
1217 dá juros muito baratos a micro e pequenos empresários que façam um curso de
1218 graduação de qualificação, gestão de negócios e gestão de finanças. A Agência de
1219 Fomento dará um juro de 0,58% ao mês para aqueles que vierem fazer um curso de
1220 gestão o micro empresário que se qualificar tem acesso ao crédito isso para

1221 conscientizar todo o Paraná de seu desenvolvimento Todas as cidades terão a
1222 oportunidade de ter um grande empreendimento, uma empresa importante se
1223 instalando. Também o BRDE e o BNDS disponibilizaram, para todas as regiões afetadas
1224 pelas chuvas aqui, a fornecer linha de crédito subsidiado para a recuperação desses
1225 empreendimentos. Da nossa parte é isso, só para lembrar dessas oportunidades que
1226 estão pela frente.

1227 (Jonel Iurk): Com a palavra o Secretário Faisal, que tem uma assinatura de um
1228 Protocolo com o Prefeito Carlos.

1229 (Faisal Saleh): Seguindo aquela nossa conversa de que o Paraná vai fazer o
1230 Termo de Atuação dos flutuantes e gostaria, então, de aproveitar o momento para
1231 formalizar esse compromisso.

1232 (Jonel Iurk):: agradeço a todos a presença dos Senhores Conselheiros, e
1233 também a presença de todas as pessoas que tiveram a paciência de assistir até agora,
1234 e dizer que considero que este ano a retomada do conselho foi muito boa foi um
1235 trabalho produtivo tivemos muito avanços, e que este espírito de debate de
1236 construções, sugestões e contribuições se repita no próximo ano e que nós possamos
1237 ter mais ainda oxalá dia todos os Secretários e Conselheiros e todos os Prefeitos
1238 também conselheiros presentes sem desqualificá-los, os suplentes mas por que
1239 demonstra a importância do litoral do estado do Paraná, para toda a comunidade
1240 paranaense obrigado a todos e um bom final de ano um bom natal e até o ano que
1241 vem se Deus quiser. (Palmas).